

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

—SUBSCREVE-SE A 28500 RS. POR TRI-

MESTRE (13 NÚMEROS) E VENDE-SE CADA
FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

DOMINGO 80 DE MAYO.

MARANHÃO TYPOGRAPHIA DA TEMPERAN-
ÇA, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA
RAMOS, NA RUA FORMOSA CASA N. 2.

MINAS GERAES.

O MUCURY.

Os Srs. Theophilo Benedicto Ottoni e Honório Benedicto Ottoni, divisando os immensos lucros que pode colher uma companhia de commercio e navegação estabelecida em o Mucury, que é incontestavelmente o rio de mais fácil navegação, e um dos mais importantes, que corre ao norte da provincia, dirigirão á assembléa legislativa provincial, uma representação, que foi lida na sessão do dia 23 de corrente, em a qual requerem varios favores o privilegios para organisarem uma companhia, que abra duas estradas, uma, que communique a cidade de Minas Novas com o ponto nas margens do Mucury, onde a companhia estabelecer os seus armazens mais proximos desta cidade, e outra que communique com a estrada que de Minas Novas se dirige ás cidades do Serro e Diamantina. O Sr. deputado Alcantara Machado calculando as innumeras vantagens que do deferimento da pretensão dos supplicantes, e da realisação das suas idéas resultava á toda a provincia, principalmente ás comarcas do Gequitinhonha, S. Francisco e Serro, e com especialidade as cidades da Diamantina, Serro e Minas Novas, que brevemente se tornarão opulentas, sendo mais que provavel em pouco tempo esta ultima ser a principal cidade da provincia; e vendo que a presente sessão já vai muito adiantada, lembrou-se de offerecer na occasião em que se discutia o orçamento, que estava em terceira discussão, o artigo abaixo trasladado, formulado em conformidade com a representação dos peticionarios. Cumpre confessar que a empreza tentada por estes nossos Illustres patricios é de tanta magnitude, e tem, quando se realisa, de trazer tantos beneficios á nossa provincia (que certamente bem carecida está de um impulso semelhante), que não podemos deixar de fazer os mais sinceros, e puros votos para que vá adiante. Honra pois aos directores que se pozerão á testa de tão importante projecto; honra ao illustre deputado que tomou sobre si a apresentação deste trabalho, procurando accelerar a marcha de negocio de tão vital interesse para a provincia; honra á patriótica assembléa que approvou semelhantes idéas, juntando mais este titulo de gloria á muitos outros por que se tem recommendado á gratidão dos Mineiros. Lamentamos não poder transcrever o luminoso discurso com que o Sr. Alcantara Machado fundamentou o seu artigo additivo: elle discorreu largamente sobre a necessidade de se protegerem emprezas como esta, fazendo ver, que foi por meio de companhias, que os Estados-Uni-

dos da America tem tocado a este ponto de prosperidade, que faz inveja ao mundo inteiro, e mais ainda a má patria. Pintou com as cores mais vivas o pessimo estado em que se achavão as estradas ao norte da provincia: fez ver a impossibilidade que ha de tão cedo poder-se melhorá-las, recordou o immenso sacrificio que tem feito a provincia com esse pedaço de estrada do Parahybuna, que, depois de completa custara mil contos de réis aos cofres provinciales; e por ahi mostrou o quanto é mais conveniente que as companhias se encarreguem de trabalhos semelhantes: tratou da nenhuma utilidade, que presentemente se tira do importante sortião do Mucury, que occupado por selvagens se acha perdido para a civilisação até o presente, e depois confrontou tudo isto com os pequenos favores e privilegios que requeira a companhia; finalmente, a conveniencia da adopção do seu artigo additivo foi por elle tão claramente demonstrada, que a assembléa no dia 25 do corrente (dia de gloriosa recordação para o Brasil) approvou o artigo abaixo transcripto, com duas pequenas alterações feitas em consequencia de observações do Sr. Pinto de Carvalho.

Artigo para ser collocado onde convier:

“O governo é autorizado a conceder, em favor de uma companhia de navegação e de commercio no rio Mucury, que os cidadãos Theophilo Benedicto Ottoni e Honório Benedicto Ottoni se propõem a organisar, os seguintes privilegios e favores:

“1.º A permissão para que a companhia abra duas estradas, uma que communique a cidade de Minas Novas com o ponto nas margens do Mucury, onde a companhia estabelecer os seus armazens mais proximos desta cidade, e outra que communique com a estrada, que de Minas Novas se dirige ás cidades do Serro e Diamantina, o ponto das margens do rio que mais appropriado parecer á companhia para o commercio dessas cidades, com o direito de cobrar, em quanto durar o seu privilegio, as taxas que julgar conveniente estabelecer, e garantindo-se-lhe que a ninguém será licito abrir outras estradas que vão ter ao rio Mucury entre a barra do rio Todos os Santos e as cabeceiras daquelle e seus confluentes.

“2.º Isenção de quaesquer direitos sobre os generos exportados da provincia pelo rio Mucury em barcos da companhia, enquanto durarem os seus privilegios, não se podendo nesse periodo fazer igual favor aos generos que por aquelle rio se exportarem em outros barcos.

“3.º A construcção de um quartel no ponto que o governo, de accordo com os directores da companhia, julgar conveniente, e a conservação de uma força de

trinta praças ao menos pelo espaço de cinco annos, destinada especialmente a proteger os interesses da companhia contra qualquer ataque dos selvagens.

“4.º Fica o governo tambem autorisado a ser accionista da companhia até á quarta parte da quantia em que ocar o seu capital. No fim do privilegio, as estradas, pontes e casas onde a companhia fizer a arrecadação das suas taxas, ficarão pertencendo á provincia. Paço da assembléa, 22 de março de 1847.—P. A. Machado. (salva a redacção.)”

Approvado na sessão do dia 25 com a emenda do Sr. Pinto de Carvalho, para que o privilegio não passe além de 80 annos, e as taxas que a companhia estabelecer não vigorem, sem previamente serem approvadas pelo governo.

(Echo de Minas.)

RIO DE JANEIRO.

ABERTURA DO PARLAMENTO.

Teve hoje logar a Sessão Imperial da abertura do Corpo Legislativo Geral, pela 1 hora da tarde; e S. M. o Imperador dirigiu aos Representantes da Nação o seguinte discurso:

“Augustos e Dignissimos Srs. Representantes da Nação.

A época da vossa reunião, tão esperançosa para o Paiz, renova em mim o sentimento de viva satisfação de que me sinto possuido sempre que compareço no meio da Representação Nacional.

Resolvido, como vos annunciei, a visitar as Provincias do Imperio, dirigi-me este anno ao Norte da do Rio de Janeiro; observei com prazer o progressivo melhoramento de varios ramos da sua industria; e muito me penhoráram as provas de adhesão que deram os seus leaes habitantes á minha Imperial Pessoa, e á Constituição do Imperio.

Congratulo-me convosco pela tranquillidade que felizmente reina em todas as Provincias.

Nas do Ceará e Rio Grande do Norte, deploro que ainda não haja cessado totalmente a secção: o meu Governo continúa a enviar soccorros para minorar os males d'esse flagello.

Tenho procurado cultivar as relações de harmonia e boa intelligencia com os Governos do novo e velho Mundo.

Ainda continúa a luta entre as Repúblicas do Prata, e quanto mais se prolonga, tanto mais vehementes são os meus desejos do vel-a terminada, pois que assim o reclamam a humanidade e os interesses do Brasil, tão especial e profundamente

prejudicados por sua proximidade ao teatro da guerra.

Ser-vos-á apresentada a correspondência relativa a uma occorrença que sobreveio o anno passado com a Legação dos Estados-Unidos da America, por occasião da prisão de tres marinheiros e um tenente, pertencentes á Marinha de Guerra d'aquella Nação. Sinto que este negocio não esteja ainda terminado; mas podeis estar certos de que elle se concluirá da maneira que convém á Dignidade Nacional.

Cada dia se torna mais imperiosa a necessidade de providenciar sobre a Reforma Judicial, a Colonisação, o Commercio, o Recrutamento, e a organização da Guarda Nacional. Chamó pois a vossa attenção sobre cada um d'estes importantes objectos, que instantemente reclamam o vosso zelo e solicitude.

E-me muito lisonjeiro poder assegurar-vos, que a Receita do Estado já chega para a sua despesa ordinaria; e espero, em vista das medidas adoptadas pelo meu Governo, que breve appareçam sobras, com que se possa ir occorrendo á amortisação da Divida Publica.

Pelos Relatorios dos meus Ministros e Secretarios d'Estado ficareis inteirados da situação dos negocios concernentes ás suas Repartições.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação! Um só pensamento, o de concorrer efficaçmente para a gloria, e prosperidade do Imperio; uma só vontade, a de coadjuvar os esforços do meu Governo em tão patriótico empenho, têm sido até aqui a vossa divisa, ella o será tambem para avante; assim o espero.

Está aberta a Sessão."

NOTICIAS DIVERSAS.

—S. M. o Imperador desembarcou, felizmente, sexta-feira 30 do mez passado, pela volta das 6½ horas da tarde, no Arsenal de Marinha, onde foi recebido pelas deputações do Senado e da Camara dos Deputados, e por todas as pessoas distinctas que alli o esperavam desde as 4 horas, para terem a honra de comprimental-o e felicital-o para sua viagem a Campos. S. M. dirigiu-se logo depois para a Quinta da Boa Vista. Os Ministros e Conselheiros d'Estado tinham ido esperar S. M. em Niterohy. A' noite illuminaram-se os edificios publicos e muitas casas pela cidade. Hoje, depois da abertura da Assembleia Geral, teve lugar o cortejo a S. M. pelo seu feliz regresso.

—Por diversos mappas do nosso Consul Geral em Hamburgo, consta que em 1846 a importação do café n'aquella cidade foi de 11,310 barricas e 537,917 saccas, avaliando sobre a de todos os paizes a importação do café brasileiro. No fim do anno existiam 13 milhões de libras, sendo 8,500\$000 do brasileiro. A importação total, em libras, foi de 75 milhões d'estas, 46 milhões são de café do Brasil. —No mesmo anno a importação do assucar do Brazil foi de 17,051 caixas, 10,766 saccos e 2,749 barricas.

—Constando ao Governo, por participação do Presidente de Sancta Catharina, datada a 10 de abril pp., o levantamento que tivera lugar a bordo do brigue oriental *Maria Luiza*, no alto mar, em viagem de Montevideo para Marselha, tendo sido assassinado o capitão da dita embarcação

pelos sublevados, que consta terem desembarcado no nosso littoral na noite de 13 de março pp.; expediram-se-as convenientes ordens para que sejam presos os autores de tão horrendo crime. —O "Jornal do Commercio" de hontem resume pelo seguinte modo este attentado:

"A tripulação do brigue oriental *Maria Luiza*, sahido de Montevideo para Marselha no dia 20 de fevrebrio pp., sublevoou-se no dia 4 de março, em lat. 23° 45' Sul. e long. 33° 13' Oeste do meridiano de Cadiz, e assassinou o capitão Carlos Humel. Os chefes da revolta, depois de roubarém tudo o que a bordo havia de algum valor, obrigaram o piloto a approximar-se á costa do Brasil, e achando-se no dia 13 de março entre as ilhas de Maricá e a Roça, fugiram no bote em direcção á Copacabana.

E' fora de toda a duvida que desembarcaram nas immedições d'este porto. Eis os nomes e signaes dos quatro assassinos:—

Manuel Joaquim, caboclo; serviu a bordo da corveta *Dous de Julho* como guarda-portão, segundo disse.

Manuel, preto forro; serviu a bordo da mesma corveta, e quando fugiu levava calça branca, com o N.º 19, marinheiro.

Antonio Joze, natural do Porto, 23 a 24 annos de idade, baixo, muito trigueiro, de poucas palavras, e olhar triste e traço feio.

Calixto, de 21 a 22 annos de idade, alto, bpn feito, branco, e natural de Lisboa.

Quando desembarcaram levaram todos sacos novos de meia lona, com filete azul mui vivo. O bote em que fugiram é de construção americana, velho e alcatroado de preto, menos metade da popa, que ainda era verde."

—Ha noticias dos Estados-Unidos até 4 de março p. p.

O Coronel David Tod foi nomeado Ministro Plenipotenciario dos Estados-Unidos junto do governo do Brasil.

Todas as medidas propostas pelo Presidente a bem do augmento da renda publica, foram regeitadas na Camara dos Representantes.

—Desagradaveis occorrencias tiveram lugar na igreja do Carmo, em Porto Alegre, no dia 26 do passado. O Cirurgião Mór do Exercito, Christovam José Pereira, em consequencia de disputas que teve no corpo da igreja com alguns officinaes da Ordem 3.ª por invadir o logar destinado nos celebrantes, foi a sacristia, e deu umas bengaladas no Thesoureiro. A procissão do triumpho sahio acompanhada só por um sacerdote, porque todos os mais, inclusive o Vigário Geral, ressentidos do desacato committido na Casa do Senhor recusaram comparecer áquelle acto. O Delegado de Policia ia tomar conhecimento d'este negocio.

—RIO GRANDE.—*Moeda falsa.*—Pela Policia foram apprehendidas, esta semana, quatro contos setecentos e tantos mil reis em moeda falsa, dos seguintes valores:—cedulas de 20\$000 reis, papel amarello, estampa azul, primeira serie, assignadas por Luiz Manoel de Almeida; ditas de 2\$000 reis, papel azul, estampa encarnada, segunda serie, assignadas por Custodio Cardoso Fontes; ditas de 1\$000 reis papel azul, estampa encarnada, segunda serie, assignadas por Felizardo José Tavares. —Foram depositadas na loja do Sr. José Rodrigues Viana, rua da Praia n. 52, onde

podem ser examinadas a qualquer hora. (*Sentinella da Monarchia.*)

—Foi-nos communicada hontem a seguinte carta de Angola, que contém alguns pormenores sobre a sorte dos prisioneiros de Torres-Vedras.

"Angola, 6 de abril de 1847.

"Aqui chegou de Lisboa no dia 25 de março o brigue de guerra *Audaz* com 33 prisioneiros de Torres-Vedras, entre os quaes vem o conde de Bomfim com dous filhos (sendo um d'elles o que aqui esteve de secretario do governo), o conde de Villa-Real D. Fernando, o general Celestino, e o major Horta que tambem já servio nesta provincia.

"Causa do ver o estado em que chegarão estes homens, rotos e sem vintem! Parte d'elles foram mandados para a fortaleza de S. Miguel, o conde de Bomfim foi passado para bordo da corveta *Relampago*, o filho que aqui esteve e o Horta sahirão hontem para Benguela na escuna *Nympha*, e o resto dos presos conservá-se a bordo do *Audaz*, todos incommunicaveis!

"Inspirou aqui muitas sympathias a sorte destes infelizes, e abrio-se logo uma subscrição em seu favor, na qual até as senhoras tomarão parte. Excede já a 2000\$000, e irá a muito mais." (*Do Jornal do Commercio.*)

PARANÁ.

A Assembleia Legislativa Provincial

—DECRETA—

Art. 1.º A Força Policial desta Provincia constará desde já—

§ 1.º Do Corpo de Policia Urbana, dividido porém a 2 Companhias, tendo cada uma 100 Soldados, 2 Cornetas, 8 Cabos, 1 Furriel, 3 3.ªs Sargentos, e 1 1.º, 1 Alferes, 1 Tenente e 1 Capitão. O Estado-maior e Menor de ambas as Companhias compor-se-ha do um Major (que será o Commanante) e de 1 Capellão, 1 Sargento-Ajudante, e de 1 Sargento Vago-Mestre.

§ 2.º Das esquadras da Policia Campestre das Comarcas de Viana, Alcantara, e Guimarães, e desta Capital.

Art. 2.º O Governo fica autorisado a elevar, quando julgue de conveniencião ou necessidade, o Corpo de Policia Urbana ao estado, de que trata a Lei n. 21, e á crear mais esquadras de Guardas Campestres nos Districtos, em que julgar, que ha d'ellas necessidade.

Art. 3.º Os Officiaes do actual Corpo de Policia Urbana, que não entrarem na organização mencionada no § 1.º do Art. 1.º, terão direito á metade dos seus vencimentos, em quanto não forem empregados pelo Governo de modo que percebam ordenado igual, ou superior, ao que lhe fica competindo pela presente Lei.

Art. 4.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Pago da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão 22 de Maio de 1847.
D. Francisco Balthazar da Silveira.
José Cursino da Silva Raposo.
João Joaquim Maciel Aranha.

Communicados.

—Foi o Sr. Engenheiro Lopes encarregado da collocação de um mastro no Baldarte; depois do muita deficiencia

para obter as dimensões e qualidade precisas conseguiu que lhe fossem buscar ao interior, onde só vêgeta o pau d'arco, e por isso já se vê que deve custar mais dinheiro que um de guanandi que nasce a boira rio? a 30 de Março p.p. mandou o Governo pagar a despeza feita, e só no principio da corrente Maio appareceu o parecer fiscal a respeito dizendo que o mastro fora comprado caro por cem mil reis. A Thesouraria ou porque se não quizesse dar ao trabalho de examinar o custo do ultimo mastro posto no Baluarte, que se acabava de substituir, ou qual certamente foi mais caro sendo de guanandi; ou porque, como he mais natural não quizesse que o religioso zelo de fiscalisação somente apparecesse do lado do Sr. Tavares de quem a Thesouraria conhece a boa fé em negocios que dizem respeito ao Sr. Lopes; decidiu que o mesmo Sr. Tavares fizesse avaliar o mastro comprado pelo Sr. Lopes, e ja posto em seu lugar. Com esta decizão o Sr. Tavares, ou antes o seu acolito o Sr. Urbano mandou que dois mestres constructores avaliassem não o mastro em questão que he de pau d'arco, mas um mastro indeterminado em dimensões, e qualidade e segundo a pintura d'elle feita pelo mesmo Sr. Urbano, e assim que ouviu o preço de 80\$000 rs. pediu aos avaliadores que assignassem um papel que naturalmente ja vinha prontinho de casa. Logo que o Sr. Lopes soube disto foi ter com esses dois avaliadores, (*) e com os 4 mestres de construção que restavam e pediu-lhes que lhe avaliassem não o mastro descripto pelo Sr. Urbano, mas o mastro collocado por elle no Baluarte, que o parecer fiscal chama caro; e os mesmos dois mestres constructores com os 4 que nesta Cidade costumão a fazer tais avaliações declarão unanimemente que o mastro em questão valia com mil reis, e que como esse só poderia custar 80\$000 rs. sendo de guanandi.

A vista disto representou o Sr. Lopes ao Governo contra o abuso de posição official do Sr. Tavares, instruindo a sua representação com o recibo de quem lhe vendeo o mastro, que se achava ausente; com a avaliação feita por todos os 6 mestres de construção naval, que aqui ha na praça, e com o jornal Progresso de 15 do corrente por onde se vê que estando o Sr. Lopes recentemente encarregado de mandar collocar outro igual mastro em S. Marcos, offerecia cem mil reis por um mastro de igual lote e ainda ninguem lhe apparecera para o vender. Por esta occasião pediu o Sr. Lopes ao Governo que ordenasse a Thesouraria lhe fornecesse este novo mastro, que segundo o parecer fiscal devia custar 50\$000 rs. Deste modo esperamos que o Sr. Tavares sofra mais um solemne desmentido em suas apaixonadas asserções contra o Sr. Lopes, ou que compre por alto preço um mastro para o ceder á Fazenda por 50\$000 rs. Rogamos a este Sr. que faça isto, por quem he se quer alcançar sobre o Sr. Lopes a primeira victoria, alias diremos que S. S. foi mais uma vez injusto e apaixonado e que a sua lança

resvalando foi desta vez tambem ferir a quem a manejou.

NECROLOGIA

O Ilm. e Exm. Sr. Commandador Antonio Raimundo Franco de Sá, Vice-Presidente, Deputado á Assembléa Legislativa e Director Geral dos Indios da Provincia do Maranhão, nasceu aos 10 de Outubro de 1808, na Cidade de Alcantara (ento Villa) de Pays nobres; a penas completou o estudo das primeiras lettras, foi mandado para o collegio, que dirigia o Cavalheiro de Rocca para estudar a linguas, Latina e Franceza, que cultivou com muito aproveitamento; e no anno de 1824, seis Pays o mandaram para a Universidade de Coimbra; chegando do porto de seu destino, dirigio-se a Coimbra, e foi admittido no estudo dos preparatorios, e em 1825 conseguiu fazer todos os seus exames das mesmas materias; em 1826, foi matriculado no 1.º anno juridico na respectiva Universidade; ali frequentou com toda assiduidade o seu 1.º e 2.º anno de Direito de que fez actos; e frequentando com a mesma vantagem o 3.º não conseguiu todavia fazer acto, pelas occorrenças que houverão em Portugal devidas ao governo tyrânico de D. Miguel, e foi por isso obrigado a retirar-se ao Brasil, sua patria, com tenção de ir ultimar os seus estudos na Academia de S. Paulo (nova mente criada). A morte inesperada de seu Pay, o Tenente Coronel Antonio Franco de Sá, o obrigou a mudar de resolução, para entrar na posse de seus abastados bens.

Chegado que foi a Alcantara, e fixando alli a sua verdadeira residencia, conheceu que era tempo de prestar á sua charr patria, os seus valiosos, e relevantes serviços; e Alcantara toda geralmente applauido tão prudente, como vantajosa deliberação; e por isso principiou a ser elevado nos diferentes cargos locais da terra que o vio nascer.

Promulgado o Acto Adicional, foi eleito Deputado Provincial e successivamente o tem sido the a 6.ª Legislatura. Tomando assento no congresso da provincia, alli principiou a emitir idéas as mais salutaras, que lhe parecerão necessarias para o melhoramento da nossa provincia, trabalhando com affino, para que passassem alguns projectos, que tendião a beneficio da nossa illustração; e á elle devemos algumas vantagens provinciaes, que hoje gozamos. Foi eleito em 2.ª Legislatura, e com grande maioria, Presidente d'Assembléa Provincial do Maranhão, cargo este que desempenhou sempre com a maior intelligencia, prudencia e rectidão. Pela sua candura, e docilidade, foi eleito Juiz de Paz, emprego que exerceo pelo espaço de 13 annos, com a mais consummada prudencia, e brandura. Discutindo-se em 1838 n'Assembléa Provincial a lei n. 79 de 26 de Julho, que cria as Prefeituras, e Sub-Prefeituras da Provincia, elle fez-lhe (1) opposição e denominou sempre anti-Constitucional, e hostil aos interesses da nossa provincia; mas sendo

promulgada similhante lei, o Exm. Presidente Camargo, não obstante a grande opposição que lhe fez, o nomeou com preferencia Prefeito da Comarca de Alcantara, porém fiel a seus principios constitucionaes, regeitou tal nomeação, com a quella dignidade, que sempre lhe foi propria.

Sendo o nosso Augusto Imperador declarado maior, e abrindo-se o colre das graças para serem distribuidas pelos seus fieis subditos, foi pelo Ministerio de 23 de Julho, condecorado com a Comenda da Ordem de Christo; percorrendo a sua carreira politica, em que deo as mais exuberantes provas de grande sabedoria, foi pelo Ministerio de 2 de Fevereiro Despachado 3.º Vice-Presidente da Provincia; e continuando a sua brilhante carreira, foi pelo Ministerio de 2 de Maio, Despachado Director Geral dos Indios da Provincia do Maranhão, com honras de Brigadeiro, cargo este que desempenhou devidamente, e que apenas o exerceo por espaço de 8 mezes.

Foi encarregado em diferentes epochas, e por varios Presidentes da Provincia, de importantes e honrosas commissões, tendentes ao melhoramento, local e material da mesma.

Conseguiu pela sua grande influencia, ser Alcantara partilhada com 20 (2) Lampiões para a illuminação das ruas mais publicas da mesma cidade; assim como indicou na ultima Sessão d'Assembléa, varias necessidades locais da provincia.

Foi o arrematante do grande, e nobre edificio construido para a celebração das Sessões da Camara Municipal da Cidade de Alcantara, e Conselho dos Jurados, e para servir de Cadea, á cabeça da Comarca; cuja obra achase quasi ultimada, e no maior gosto possivel.

Mereceu de todos aquelles que tiveram a felicidade de o conhecer, a mais inteira confiança.

Era hoje o principal órgão da direcção de todos os negocios politicos da Comarca de Alcantara; e pela sua prudencia, bondade, e sabedoria, mereceo inteira popularidade em toda a Provincia do Maranhão.

A provincia perdeu hum dos seus ornamentos; Alcantara o seu primeiro defensor, os habitantes o seu principal protector; e os seus amigos, a mais forte columna. Foi acommettido violentamente de hum ataque apoplectico, que rapidamente decidiu dos seus apreciaveis dias, aos 8 de Abril de 1847, na Cidade de Alcantara pela uma hora da tarde; contando de idade 39 annos 5 mezes e 28 dias; e os seus restos mortaes jazem na Igreja de N. S. do Carmo, junto a Capella-mór.

Era de estatura regular—sociavel—prudente—respeitoso—amavel—dotado de humanidade completa.—Bom Irmão—Bom Amigo, e Bom Cidadão. A terra lhe seja leve.

Pelo seu Am. P. e muito obrigatissimo.
Joaquim Mariano de Souza.

A REVISTA.

A arrematação das capatazias.

—As capatazias da alfandega desta cidade foram ultimamente arrematadas pelo

(1) Os mestres constructores são os Srs. Joaquim Maria Bemfica, João Pedro, Joze d'Oliveira Santos, João Joze da Costa, João da Costa Santos e Joze Rodrigues Pereira.

(2) O nosso correspondente está enganado, porque em 1838 não tinha o Sr. Antonio Raimundo assento na assembléa provincial; talvez quizesse alludir a um projecto sobre prefeitos proposto na legislatura anterior.

(2) Foi uma engada offerecida por nós combatida pelo Sr. Rafael de Carvalho, e emendada pelo Sr. Antonio Raimundo e por nós.

Sr. Agostinho Baptista da Fonseca por 4680\$000 rs. annuaes, o que comparado com a arrematação de 7:500\$000 rs. feita pelo sogro do Sr. Emigdio produz a beneficio da fazenda uma economia de 2:820\$ rs. por anno, ou de 8:460\$000 rs. no triennio! O governo imperial devia gratificar com uma commenda ao Sr. Raimundo de Brito que, em virtude das reclamações que fez contra a primeira arrematação, foi a verdadeira e unica origem de toda essa poupança.

A cousa porem não está tão segura como era para desejar, porque o Sr. Emigdio que a principio se dera por impedido, visto como na arrematação figurava seu sogro e outro seu aparentado, não guardou o proposito até ao fim, e interveiu com a sua autoridade, quando menos se esperava. E' o caso: um (*) dos fiadores do Sr. Baptista, cedendo a empenhos, segundo se diz, pretende deitar-se de fora depois de obrigado e acceto, com o pretexto de que sua mulher recusa assignar a fiança, e porque o Sr. Joze Firmino, contador servindo de inspector, entendesse que o Sr. Baptista estava muito bem afiançado ainda sem a outorga das mulheres de seus fiadores, eis que o Sr. Emigdio a quem não agrada a decisão, intervindo na questão, julga valiosa a recusa, e consulta o governo a tal respeito.

Escusado é dizer que a opinião do Sr. Joze Firmino é a que deve prevalecer como curial e vantajosa aos interesses da fazenda, porque o voto do Sr. Emigdio é inteiramente nullo em um negocio em que se acha interessado, por seu sogro, como elle proprio reconheceu, dando-se por impedido. Ora a questão da habilitação é inseparavel da arrematação, porque uma cousa não pode ter logar sem outra, e na questão da habilitação está justamente comprehendida a especie de que nos occupamos; isto é—a recusa de outorga das mulheres dos fiadores. —Portanto permittir que o Sr. Emigdio funcione como inspector da thesouraria neste caso, seria o mesmo que permittir que elle se constituísse juiz na causa de seu sogro.

Em vista disto é de esperar que o governo provincial, cortando por toda essa chicana que move o patronato exercido em favor do ex-capataz, sustente, como cumpre, a validade de um contrato que poupou a fazenda para mais de 8:000:000 rs, e foi legalmente celebrado debaixo das vistas do muito digno e zeloso inspector interino que é o juiz competente da questão. O dinheiro do thesouro publico é o sangue do povo, e convem que seja despendido com toda a parcimonia e circumspecção.

Projecto anti-economico.

—O projecto de lei de fixação policial que acima transcrevemos, e foi apresentado na assembléa provincial pela respectiva commissão, não está em proporção com a nossas minguidas facultades; 1.º porque não só dá ao governo o maximo da força pedida (200 praças de pret), mas até o authorisa a eleva-la ao duplo; 2.º porque concede pensões aos officiaes que forem demittidos em consequencia da nova organização do corpo

Si um tal projecto não fôr convenientemente modificado, segundo é para desejar, teremos ainda uma força cuja manutenção será superior aos nossos meios, e o caso singular em que o governo se mostre mais economico que o corpo legislativo. Em verdade, não sabemos como a nobre commissão foi tanto alem daquillo que se pedia! pois si o governo julga que 200 praças é força mais que suficiente, seja em attenção a exiguidade da renda, seja porque a força existente, comparada a de outras provincias de igual ou maior importancia, pecca por excesso, como é que se vai conceder até 400? não se receia que outro, qualquer presidente que tenha de succeder ao actual, se aproveite de tão inesperado offercimento, e consuma metade da renda provincial só com o corpo de policia, ou isso é justamente o que se quer, para satisfazer ao senr. Angelo Moniz que pedia 600 praças? e esse novo onus, ou meio soldo a officiaes que deixão de sel-o, visto que são meros commisionados? si a nobre commissão entende que a assembléa provincial pode conceder pensões, porque tanto vale a cousa, porque as não estabeleceu ao menos em favor daquelles que tivessem sido feridos em campanha? seria mais equidoso.

Dir-nos-hão sem duvida que é um simples soccorro prestado a homens que tem prestado serviços, e se veem desempregados só por força das necessidades publicas. Mas esta razão é contraproducente, pois si a tenuidade dos recursos é que obriga a desempregal-os, como se lhes pode conceder esse soccorro sem gravame para a provincia? Taõbem lamentamos a sorte dos que forem demittidos, mas sentimos que o mal é irremediavel, porque a isso se achavão expostos, desde que acceitáram os empregos de commissão que servião. Demais, não vai essa disposição estabelecer um como direito em favor dos que forem demittidos dahi em diante, e afiar em certo modo os braços ao governo na livre nomeação e demissão dos futuros officiaes de policia?

Entendemos pois que o projecto não resolve a questão da redução da força, senão por uma maneira negativa, e que pode dar logar a gravissimos abusos. A primeira parte depende inteiramente da vontade do executor, de modo que se o presidente fôr economico, teremos 200 praças, se fôr desperdiçado ou vão poderemos ter até 400: a segunda sobre carga o thesouro com certo numero de pensões, para assim dizer, vitalicias, ou se antes o querem, com certo numero de reformas, sem attenção ao tempo, nem á natureza dos serviços prestados. Assim si forem adoptadas as idéas da commissão, a assembléa deixará de occorrer ao deficit, e de intender no progresso material da provincia, porque tem de consignar fundos para o maximo da força, para o duplo della, e officiaes a meio soldo!

NOTICIAS EXTRAORDINARIAS.

—Lemos no "Progresso" de hontem noticias as mais extraordinarias da guerra dos Estados-Unidos contra o Mexico, extrahidas dos jornaes americanos, como a tomada de Vera-Cruz e Castello de S. João de Ullón, a derrota e mortandade dos 10 mil mexicanos de cavallo de La Vega

operada por 200 ou 300 dragões americanos, a derrota e mortandade do grande exercito de S. Anna junto Saltillo operada pelo general Taylor com forças muito inferiores, perdendo os mexicanos 4:000, e os americanos só 700 homens entre mortos e feridos; o que equivale pouco mais ou menos a 5.ª parte das forças de cada um dos respectivos exercitos.

Para acreditarmos de leve nessas proezas do tempo da conquista do Mexico por Fernão Cortez, quando os hespanhoes, vestidos de ago combatião contra indios nús, ou ainda do tempo de Carlos Magno com os seus doze pares, de que nos conservou a memoria o bom areebispo Turpino, é preciso suppôr que os americanos são leões armados de garras e presas, e os mexicanos meros rebanhos de carneiros. De tudo isto o que nos parece veridico é a tomada de Vera-Cruz, por ser a unica noticia que vem um tanto circunstanciada; ao mais damos quarentena, ou antes cremos piamente que são episodios, ou para melhor dizer o *maravilhoso* com que o gazeteiro americano julgou conveniente adornar a mui prosaica tomada do Gibraltar da America.

—Pelo vapor "Paraenso" recebemos folhas do Rio de Janeiro até 9 do corrente. O que colhemos de mais interessante fica transcripto em lugar competente. Continuava a correr a noticia de que haveria modificação de gabinete.

AVISOS.

CP Na Rua da Estrella caza n. 18 ha para vender um relógio d'ouro inglez do melhor autor, cuja venda se pertende fazer empreteiramente antes da sahida do primeiro navio inglez para Liverpool, por cujo motivo se vende muito em conta.

CP O abaixo assignado, em qualidade de Testamenteiro do finado Manoel José Fernandes, previne que se vai proceder a inventario d'aquelle casa, pelo que roga a todos os seus credores hajão de apresentar seus titulos no prazo de 20 dias para serem discriptos. Maranhão 24 de Maio de 1847.

João José de Moraes Rego.

CP Fugio a escrava de nome Merenciana, pertencente ao casal do finado Manoel José Fernandes, tem cincoenta annos de idade pouco mais ou menos, algumas marcas de ventosas sarjadas no estomago, é fula e crioula, consta que ella se acha occulta nesta cidade, pelo que declara o annunciante que irá contra quem de direito fôr, e que gratificará a quem lhe capturar a dita escrava. Maranhão 25 de Maio de 1847.

João José de Moraes Rego.

CP Na Confeitaria da rua da Estrella caza n. 35 ha doce fino de goiaba em caixas, e assucar arcado por preços commodos. Na mesma aprompta-se quaesquer encomendas de doces de todas as qualidades, e area-se assucar para cazas par-

(*) O Sr. Joze Ferreira da Silva & Irmão.